

**PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EM ACESSO ABERTO COMO OPÇÃO DE
PUBLICAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL**

**OPEN ACCESS JOURNALS AS OPTION FOR PUBLICATION OF BRAZILIAN
GRADUATE PROGRAMS ON INFORMATION SCIENCE**

Allan Cintra da Cruz¹

Michely Jabala Mamede Vogel²

RESUMO

Acesso Aberto (AA) é um movimento global que visa ampliar o acesso à informação científica mediante redução de barreiras de preço e de restrições de uso dos documentos. Este trabalho identificou a dimensão quantitativa dos artigos de periódicos publicados pelos pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil, de acordo com os critérios do acesso aberto. O objeto de estudo foram os artigos em periódicos em que as pesquisas foram publicadas, durante o quadriênio de 2013 a 2016. Realizou pesquisa documental nos relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na lista Qualis de área Comunicação e Informação. Coletou os dados de publicação a partir da plataforma Sucupira, referentes aos programas acadêmicos de pós-graduação e elaborou lista própria para a área de Ciência da Informação. Quantificou os artigos classificando-os segundo a adequação aos critérios do Acesso Aberto. Constatou que, no geral, as publicações estão próximas da adequação aos critérios de acesso e uso do movimento AA, com poucas ressalvas. Sugere que a CAPES institucionalize políticas de avaliação para o Acesso Aberto, e que se mapeie mais detalhadamente a produção científica brasileira, segundo os critérios do presente estudo, para que se conheça mais sobre profundamente esta realidade.

Palavras-chave: Acesso Aberto. Artigos de periódicos. Ciência da Informação. Qualis-Periódicos. CAPES.

ABSTRACT

Open Access is a global movement that aims the expansion of access to scientific information through the reduction of financial barriers and use restrictions of documents. This work quantified the journals articles published by Information Science researchers in Brazil, according to Open Access criteria. The object of study was the journal articles where the researchers has published, during the quadrennium from 2013 up to 2016. It was applied documentary research on *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES - Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) reports and on Qualis list about Communication and Information area. It was collected data about publications of the

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: allancintra@id.uff.br.

² Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: michelyvogel@id.uff.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0311-3161>.

academic postgraduate programs on Sucupira platform. It was elaborated a list for the Information Science area. It was quantified and classified the articles according to its adequation to the Open Access criteria. The study reveals that, in general, the publications are close to adequation of OA criteria, with some few caveats. It is suggested that CAPES institutionalize evaluation policies for Open Access, and to map the Brazilian scientific production with more details, according the criteria of this study, in order to know this reality deeply.

Keywords: Open Access. Journal articles. Information Science. Qualis-Periódicos. CAPES.

Submissão: 15 set. 2020

Aprovação: 03 dez. 2020

1 INTRODUÇÃO

O Acesso Aberto (AA) configura-se como um movimento que preconiza a democratização do acesso às informações científicas a partir da disponibilização destas de forma livre e sem custos para o leitor final. Segundo Gomes (2014, p. 100), o AA “[...] emerge, em âmbito internacional, de forma organizada e com forte conotação política, no início da década de 2000.”. Surge sobretudo em contraponto aos altos custos de assinatura das revistas com modelos de negócios tradicionais, oligopolizadas por algumas grandes editoras, além de prestar-se como forma relevante de retorno ao financiamento público às pesquisas, sendo este investimento fortemente presente no Brasil.

O Qualis-Periódicos apresenta-se como importante ferramenta de auxílio à avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, pois avalia qualitativa e quantitativamente os periódicos em que são publicados os artigos científicos. Conforme Barata (2016, p. 18), “A cada ano uma listagem de periódicos é gerada a partir dos dados sobre a produção científica publicada sob a forma de artigos informados pelos programas nos aplicativos da Capes.”. Em outras palavras, as avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) representam o panorama da publicação de uma determinada época. No caso deste trabalho, a fonte empírica utilizada como base refere-se aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Buscamos avaliar periódicos da área de Ciência da Informação no Brasil que integram os programas acadêmicos de pós-graduação do país, de acordo com os parâmetros para o Acesso Aberto. Para tanto, consideramos os artigos levando em conta a lista Qualis-Periódicos da CAPES. São avaliados os periódicos divulgados pela CAPES referentes ao período de 2013 a 2016. Para esse fim, são considerados

os periódicos dos “[...] estratos superiores (A1 a B2 [...])” (CAPES, 2016, p. 11). Ademais, esse conjunto de fontes de informação é investigado no contexto dos 11 programas de pós-graduação acadêmicos em Ciência da Informação, à época do período de avaliação da CAPES. Não estão incluídos programas que, em virtude de funcionamento mais recente, não foram submetidos à avaliação quadrienal da CAPES.

O objetivo geral desta pesquisa é mensurar a quantidade de artigos publicados em periódicos de Acesso Aberto pelos pesquisadores dos programas acadêmicos de pós-graduação do Brasil, na área de Ciência da Informação.

Os objetivos específicos deste estudo são: analisar, junto à lista Qualis-Periódicos da área de Ciência da Informação, dos artigos de periódicos em Acesso Aberto, discriminando-os segundo esta condição; identificar os níveis de abertura dos periódicos em que os artigos são publicados, ou seja, as condições de acesso destas revistas e, por fim, a identificar as permissões de uso que são dadas aos artigos das revistas científicas em Acesso Aberto, caracterizadas principalmente por licenças de uso livre.

É fundamental compreender a diversidade e os tipos de publicações nos canais adotados pela pós-graduação brasileira quanto ao seu acesso. Isso porque, segundo a CAPES (2016), o número de programas e a produção científica tem crescido no país. Neste contexto, que está fortemente ligado ao financiamento público, é imperativo que se conheçam as práticas de publicação das pesquisas mencionadas, para que o investimento seja justificado. Além do mais, a CAPES mantém um robusto portal com periódicos considerados de grande relevância para as pesquisas, que em 2016 recebeu quase 147 milhões de acessos (AGUIA, 2017, não paginado), refletindo o crescimento exponencial da produção científica (MUELLER, 2000a). Em contrapartida, a instituição investe milhões de dólares na assinatura de periódicos e bases de dados, a despeito da possibilidade de uma parte considerável desta produção ter sido realizada com financiamento público. Deste modo, através da identificação do perfil das publicações quanto ao acesso pode-se elaborar políticas de valorização da ciência mais eficazes.

2 O PERIÓDICO CIENTÍFICO

Ao tratarmos da comunicação, necessariamente tratamos dos periódicos. Mueller (2000b, p. 75) elenca algumas características deste veículo de publicação:

“Preservação do conhecimento registrado [...]; estabelecimento da propriedade intelectual [...]; manutenção do padrão de qualidade na ciência [...]”.

Mesmo com a dominância do periódico, vemos que cada campo do conhecimento possui características próprias quanto ao método de pesquisa, ao discurso e à publicação. Por exemplo, os cientistas de Ciências Humanas, no geral, levam mais tempo para desenvolver seus estudos, ancorados em teorias há muito conhecidas. Costumam publicar textos mais longos e mais comumente no formato de livro (MEADOWS, 1999). Esta compreensão é fundamental para uma análise crítica razoavelmente confiável sobre a produção intelectual em diferentes áreas, ainda que seja difícil padronizar critérios de análise para todas. Nesse ponto, cumpre entender que o Qualis-Periódicos assume papel central nessa discussão, por avaliar a produção em artigos de periódicos em todas as áreas do conhecimento.

De todo modo, é certo que as áreas e os pesquisadores não se comportam da mesma forma, tendo tradições de pesquisa únicas. Essas tradições se refletem até mesmo no tipo de artigo que publicam. Alguns autores publicam revisões de literatura; outros, resenhas de livros; outros, editoriais e toda sorte de material que, na verdade, nem sempre registram, segundo Meadows (1999) e Muller (2005), pesquisas originais, o que não implica afirmar que tais materiais sejam menos importantes. A própria percepção sobre relevância na pesquisa é volátil, na medida em que uma publicação pode impactar mesmo sem figurar nos principais canais e ranques de produção.

Apesar da dinamicidade do periódico, particularmente em meio eletrônico, alguns problemas sobre esta fonte ainda persistem, como afirma Mueller (2000b, p. 76): “[...] demora na publicação de artigos [...]” e “[...] custos altos de aquisição e manutenção de coleções atualizadas [...]”, tendo ambos os problemas, ainda de acordo com a mesma autora, raízes na “[...] proliferação de periódicos, que causa a dispersão de artigos sobre um mesmo assunto entre muitos títulos, o que eleva em demasia o custo de atualização de coleções.” (MUELLER, 2000b, p. 77). Sobre a demora na publicação, estudo recém-publicado demonstrou que o processo leva cerca de 100 dias na área da Saúde (dados da base dados PubMed) considerando o tempo entre a submissão dos artigos, a revisão por pares e sua efetiva publicação (PALAYEW *et al.*, 2020).

Alguns desses obstáculos são decorrentes da expansão contínua da ciência. Porém, a questão dos custos merece atenção especial, por se relacionar também com a diversidade de títulos. Havendo mais periódicos no mercado, naturalmente serão

necessários mais gastos para que se adquira uma quantidade razoável destes. Por outro lado, há o lucro objetivado pelas editoras. A expectativa da comunidade científica era de que a popularização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), pudesse ao menos amenizar os gastos com assinatura de revistas, uma vez que o custo de produção na editora também seria diminuído, o que não ocorreu. Os valores de aquisição ainda são altos quando se referem às grandes editoras e não há muita transparência sobre os gastos envolvendo a editoração.

3 ACESSO ABERTO

Acesso Aberto diz respeito a um movimento de cunho internacional empenhado de maneira ostensiva a partir do início dos anos 2000, impulsionado pela criação e popularização das TIC, como afirma Gomes (2014). O marco inicial para considerarmos os anos 2000 foi a publicação, em Budapeste, na Hungria, do *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Essa declaração estabeleceu o conceito de Acesso Aberto e as estratégias para seu alcance, conforme indicam Guimieiro (2009) e Freire (2011). Em seguida foram redigidas as declarações de Bethesda (2003) e Berlin (2003) que, em conjunto com a de Budapeste, exerceram influência global na consolidação das ideias e da prática do Acesso Aberto.

O movimento AA acontece sobretudo por causa da chamada crise dos periódicos, evento que se arrastava desde a segunda metade do século XX. Neste contexto, a produção de artigos foi oligopolizada por grandes editoras e comercializada a preços exorbitantes, muito além do poder aquisitivo de bibliotecas, centros de pesquisa e cientistas, segundo Camargo Júnior (2012). Por outro lado, os incentivos governamentais à pesquisa aumentaram drasticamente, fazendo justificar o retorno desse investimento às sociedades, na forma de publicação aberta do conhecimento.

De acordo com Couto e Ferreira (2019), o Acesso Aberto pode também ser considerado como uma resposta ao compartilhamento não autorizado de publicações, que se inicia em 1666 na Holanda, um ano após a publicação do primeiro periódico científico na Europa e que contemporaneamente ocorre em serviços como *Sci-Hub* (*website* que permite acessar gratuitamente, via DOI, artigos que são pagos).

No Brasil, a situação do Acesso Aberto é, aparentemente promissora: em 2018 foi terceiro país com maior número de periódicos científicos em Acesso Aberto registrados no DOAJ, atrás da Indonésia e do Reino Unido (APPEL; ALBAGLI, 2019).

3.1 Acesso aberto e livre

Distinguir conceitualmente Acesso Aberto e acesso livre é importante porque na literatura esses termos por vezes confundem-se, sendo usados como sinônimos. Guimieiro (2009, p. 55) recorda as recomendações da Declaração de Bethesda (2003) para o que seria um acesso não apenas gratuito, mas também com certas liberdades de uso. O movimento *Open Access* determina:

O (s) autor (es) e o (s) detentor (es) dos direitos autorais concedem a todos os usuários um direito irrevogável, gratuito e irrevogável de acesso e licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir publicamente o trabalho e para torná-lo público e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à devida atribuição de autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal. (BETHESDA, 2003, não paginado, tradução nossa).

Suber (2009) defende o fim da ambiguidade do termo Acesso Aberto, utilizando o que seriam os subgêneros grátis e livre. Acesso grátis se refere ao fim das barreiras tarifárias para acesso ao conteúdo científico. Segundo o autor, a maior parte dos periódicos seguem esta linha de atuação. Acesso livre significa a remoção das barreiras de permissão, ou seja, redução sempre que possível das restrições de uso.

Para além da questão do uso, há também a necessidade por parte dos autores de serem reconhecidos por suas obras e terem algum controle sobre a utilização por parte de terceiros. Aliás, esta preocupação foi apontada por Guimieiro (2009) como uma das razões pela hesitação dos pesquisadores em publicar seus trabalhos em Acesso Aberto.

No entanto, Antelman (2004 apud GUIMIEIRO, 2009) afirma que os artigos de periódicos em Acesso Aberto são substancialmente mais citados do que os em acesso restrito. Para os pesquisadores, isso gera maior visibilidade, especialmente em se tratando dos autores oriundos de países emergentes e subdesenvolvidos. Por consequência, a instituição que os abriga também ganha em reconhecimento. Corroborando a ideia a pesquisa de Cintra (2017) e as constatações de Portes (2019) para quem as principais motivações para adoção do Acesso Aberto são: aumento da visibilidade dos periódicos, que ficam disponíveis em diversos espaços virtuais; aumento da acessibilidade por meio da disponibilidade imediata e fácil para qualquer usuário interessado; e a criação de um círculo virtuoso: maior visibilidade e acessibilidade permitem mais leituras, estimulam a produção de novos conhecimentos e faz com que leitores leiam tanto estas novas produções como também aquelas que as originaram.

Considerando o impacto de pesquisas antes do Acesso Aberto, as revistas de maior reconhecimento eram aquelas produzidas em países mais ricos. Naturalmente, cientistas de todo o mundo procuravam artigos dessas revistas, a fim de solidificar seus próprios estudos com o conteúdo científico que estivesse em maior evidência. Nesse cenário, os pesquisadores de países menos ricos encontravam-se em desvantagem para a produção de sua própria ciência, já que as unidades de informação locais não davam conta da aquisição daquelas revistas. Por fim, os cientistas dos países subdesenvolvidos objetivavam publicar sua pesquisa, finalizada com muito esforço, naqueles mesmos periódicos de alto impacto, porém de custo de aquisição igualmente alto. Esse ciclo vicioso contribuiu para manter a relação de hierarquia e dependência entre os países, levando, em último caso, a um êxodo dos cientistas de países menos ricos e a uma distribuição desigual dos benefícios decorrentes da pesquisa científica.

No modelo AA, ainda que se mantenha a supremacia de algumas revistas no tocante ao impacto, a situação tende a ser amenizada e, em alguns casos, revertida. Pesquisadores de países subdesenvolvidos podem alinhar-se a seus pares das nações centrais ao consumir a mesma literatura científica que estes últimos têm acesso. Assiste-se a um crescimento descentralizado do conhecimento quando mais pessoas têm a oportunidade de legar sua contribuição para os campos científicos.

Em se tratando de democratização do acesso, o Qualis tem papel fundamental ao determinar o ranqueamento da produção intelectual e avaliar a qualidade da produção e do programa de pós-graduação ao qual o autor está vinculado, “[...] garantindo a sua sobrevivência institucional e possibilidade de formar mestres e/ou doutores.” (BARRETO SEGUNDO; SANTOS; SÁ; VILLALOBOS, 2020, p. 5), além de influenciar sobre a estabilidade financeira para a manutenção de um determinado periódico (PEREIRA; FURNIVAL, 2020).

Nesse ínterim, os pesquisadores se veem pressionados pela produção constante de material científico, preferencialmente em revistas de alto impacto que tendem a restringir o acesso e uso dos artigos. De certa forma, esta lógica de produtivismo acadêmico, evidenciada por Pereira e Furnival (2020), interfere na decisão do pesquisador de escolher seu veículo de publicação, na medida em que a prioridade, num primeiro momento, é a comunicação em um periódico de imediato alto impacto, sem que necessariamente este esteja de acordo com os princípios do Acesso Aberto. Em outras palavras, o impacto potencial de uma publicação em AA é

minimizado, já que o autor fica mais na dependência da oferta de periódicos de alto ranque, e menos em sua própria escolha.

Do ponto de vista financeiro, também de acordo com Pereira e Furnival (2020) o padrão de publicação em acesso restrito acontece segundo uma economia de procura, isto é, a parte interessada na divulgação do trabalho (autor ou instituição de fomento) aceita as condições de submissão às revistas, o que inclui, por exemplo, cessão de direitos de propriedade e de uso e pagamento, em alguns casos. Por outro lado, no Acesso Aberto predomina a economia de oferta, onde as editoras procuram arcar com a manutenção do periódico, o que possibilita uma escolha mais orgânica pela publicação, por parte dos autores.

3.2 Modelos de publicação e graus de liberdade de uso

Tendo em vista as considerações feitas até aqui, importa afirmar que o padrão de Acesso Aberto não é homogêneo. Isto é, existem submodalidades de acesso às informações no modelo AA. Algumas dessas estratégias são adotadas por editoras de revistas comerciais, que produzem uma parcela de suas edições em AA. São, portanto, diversas as condições de acesso aos periódicos que aderem ao padrão aberto. Freire (2011) elenca as possibilidades de acesso da seguinte maneira:

- a) Acesso Aberto opcional (*author-pay*)** – Esquema em que o pesquisador paga uma taxa para que seu artigo seja publicado em Acesso Aberto. Freire (2011) comenta que, na realidade, poucos autores optam por pagar, sendo o valor repassado às agências de fomento. A vantagem do *author-pay* é a oportunidade de publicação de artigos em AA em revistas de alto impacto, gerando um volume muito maior de citações do que os demais, porém a um elevado custo por artigo, o que ocasiona no desestímulo a novas publicações neste modelo.
- b) Acesso aberto postergado/embargado** – Consiste na liberação dos textos em Acesso Aberto após um determinado período depois da publicação. Os trabalhos neste modelo muitas vezes exibem os metadados do conteúdo, como título e resumo, a fim de atrair o leitor para a aquisição do artigo. A desvantagem do modelo é o tempo de espera entre a publicação e leitura, o que é de suma importância em campos do conhecimento dinâmicos.
- c) Acesso aberto total** – Padrão recomendado pelo BOAI (2002). Significa a liberação dos artigos para leitura de forma imediata e sem custos, e com o mínimo de restrições de uso. As revistas que se valem desse plano

normalmente são aquelas já criadas dentro de uma filosofia para o Acesso Aberto. Nesse caso, os custos de criação e manutenção das revistas ficam a cargo das instituições mantenedoras das revistas, de doações, parcerias, entre outros.

Na década de 1980 foram criadas algumas alternativas legais contrárias às restrições de uso, como aquelas que instituíram o *software* livre e o *copyleft*, que buscavam “[...] alcançar um equilíbrio entre “Todos os direitos reservados” e “Nenhum direito reservado [...]” (LESSIG, 2005, p. 252 apud OLIVEIRA, 2011, p. 56). Tais iniciativas posteriormente influenciaram a criação do aparato das licenças livres (LEMOS, 2005, p. 80). Nesse tipo de licença “[...] o titular dos direitos autorais informa, prévia e expressamente, que usos permite que sejam dados à sua obra.” (BRANCO; BRITTO, 2013, p. 29). As licenças livres resolvem a legítima preocupação dos autores para com a publicação em AA, uma vez que são compreensíveis para um público leigo e facilmente aplicáveis (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018).

No contexto dos periódicos de AA, destacam-se as licenças livres do grupo *Creative Commons* (CC) (2017). Essas licenças caracterizam-se por garantir ao autor a visibilidade de sua produção, ao mesmo tempo em que flexibiliza as permissões de uso. Ao todo existem sete licenças livres CC:

- a) **CC BY** - Permite que terceiros distribuam, remixem (combinem), adaptem e criem a partir do trabalho original, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos ao autor original. Esta é a licença mais flexível mais se adequa aos princípios do Acesso Aberto.
- b) **CC BY-SA** - Permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do original, mesmo para fins comerciais, desde que atribuídos os devidos créditos ao autor original e mantidas as mesmas permissões de uso nos trabalhos derivados.
- c) **CC BY-ND** - Permite a redistribuição comercial e não comercial, desde que o trabalho não seja alterado e os autores originais sejam creditados.
- d) **CC BY-NC** - Permite remixagem, adaptação e criação a partir do original para fins não comerciais, desde que os créditos sejam dados ao autor deste original. Porém, esta licença não exige que terceiros licenciem suas novas obras sob as mesmas condições.

- e) **CC BY-NC-SA** - Permite remixagem, adaptação e criação a partir do original para fins não comerciais, desde que os créditos sejam dados ao autor do original e que as novas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos.
- f) **CC BY-NC-ND** - Permite apenas o download e compartilhamento dos trabalhos, desde que sejam dados os devidos créditos de autor. Não permite alterações ou uso do original para fins comerciais.
- g) **CC0** - Permitir que o detentor de direitos renuncie a eles para colocar sua obra em domínio público, caracterizando-se como uma licença do tipo “nenhum direito reservado”.

4 METODOLOGIA

O trabalho proposto privilegiou a pesquisa documental. Para tanto, os documentos fundamentais de análise foram: a lista Qualis-Periódicos da CAPES em Comunicação e Informação, referente ao quadriênio de avaliação 2013-2016; o Documento de Área do referido campo do conhecimento, o Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017 (CAPES, 2017) e documentos relacionados a critérios de avaliação dos periódicos, além, é claro, dos artigos de periódicos publicados pelos pesquisadores em Ciência da Informação. Também se configuraram fontes de informação para este estudo o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e os diretórios Sherpa Romeo e Diadorim. De forma complementar, recorreremos à pesquisa bibliográfica, visando a descoberta de estudos que trabalham a questão dos artigos em Acesso Aberto.

Os passos metodológicos consistiram na coleta e tratamento de dados a partir da plataforma Sucupira, mantida pela CAPES, referentes ao período de 2013 a 2016. As considerações sobre o desenvolvimento da área de Comunicação e Informação, onde a Ciência da Informação está inserida, foram feitas no âmbito do relatório de avaliação dos programas de pós-graduação, publicado em 2017. A pesquisa baseia-se em informações dos 11 programas de pós-graduação em Ciência da Informação avaliados pela CAPES no referido período. Tais informações foram extraídas do relatório da avaliação quadrienal, da área de avaliação Comunicação e Informação (2017).

Destacamos que, embora um dos objetos deste estudo se refira à área da Ciência da Informação, não há uma lista Qualis específica para tal, estando as informações desta lista inseridas no conjunto maior da área de avaliação

Comunicação e Informação. Essa última área compreende também as áreas da Museologia e da Comunicação (CAPES, 2014). Portanto, no desenvolvimento da pesquisa, produzimos uma lista própria para a área da Ciência da Informação.

Utilizamos o arquivo de computador no formato XLS, disponível na plataforma Sucupira, contendo planilha dos dados. Para o tratamento destes dados, foram consultadas as áreas da plataforma referentes aos 11 programas de pós-graduação aqui analisados, nos anos que compreendem o quadriênio 2013-2016, totalizando 44 planilhas. Foram eliminados os títulos duplicados.

A planilha foi organizada de modo que fossem reconhecidos os títulos dos artigos e das revistas científicas. Aqui foi notada uma dificuldade imposta pelos dados da planilha: nem todos os artigos registrados foram acompanhados do título do periódico em que foram publicados; e mesmo em alguns destes casos não havia informação sobre o ISSN ou o endereço eletrônico do artigo correspondente ao periódico, metadados de suma importância para os objetivos da pesquisa. Os artigos cujos periódicos não puderam ser identificados foram pesquisados individualmente.

Constatamos que alguns artigos foram publicados por pesquisadores de diferentes programas em colaboração. A fim de evitar a contagem dupla de um mesmo artigo, todos os títulos de cada ano da avaliação foram reunidos e, em caso de duplicatas, descartados da contagem. Deste modo, obtivemos a quantidade real de artigos e os periódicos em que foram veiculados. Em cotejo com a lista Qualis da área de avaliação Comunicação e Informação, construímos uma lista própria para a área de Ciência da Informação. Terminado o tratamento individual em cada planilha, passamos à classificação dos artigos pelos anos em que foram publicados.

A segunda etapa consistiu no reconhecimento do modelo de acesso praticado pelas revistas investigadas. Para tanto, tais informações foram identificadas inicialmente na base DOAJ (2018), que indexa periódicos de Acesso Aberto e informa os direitos de uso com base nas licenças CC ou em alguma específica de cada revista. Também recorremos às bases Sherpa Romeo e Diadorim. Essas bases não trabalham com a indicação de licenças *Creative Commons*, mas explicitam diretamente as permissões de uso concedidas pelos periódicos (IBICT, [2011?]; SHERPA ROMEO, [2004?]). Nesses casos, buscamos observar a página eletrônica de cada periódico individualmente, a fim de detectar a atribuição de alguma licença CC. Em caso negativo, adaptamos a informação apresentada pelo Sherpa Romeo e Diadorim para que os periódicos nessa situação fossem contabilizados como uma

licença CC, de acordo com seus direitos de uso, na medida do possível. Não pretendemos, assim, associar um direito de uso específico a outro, mas unicamente estabelecer níveis de direitos que pudessem ser apresentados com clareza e revelassem o panorama pretendido pela presente pesquisa.

Uma vez identificados os direitos de acesso e uso oferecidos pelos periódicos, estes foram estabelecidos em níveis de proximidade com as diretrizes do BOAI e da Declaração de Bethesda, no intuito de organizar e avaliar o quão próximos estão os periódicos dos ideais do Acesso Aberto. Desta forma, assim ficou estabelecido:

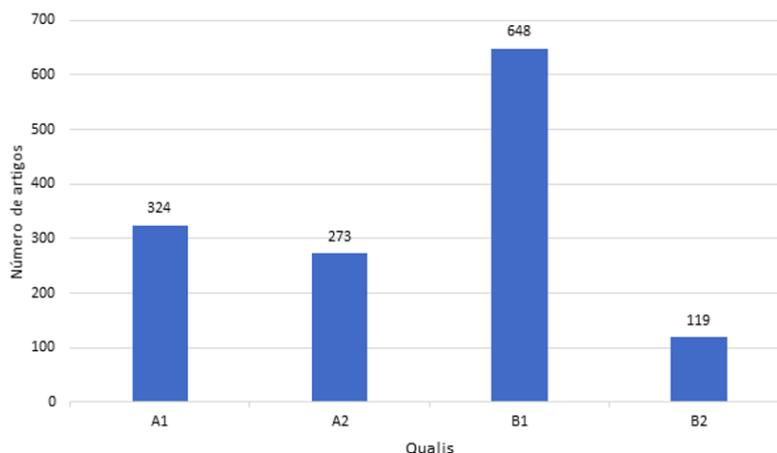
- a) periódicos em Acesso Aberto que utilizem alguma das licenças Creative Commons;
- b) em AA que disponibilizem direitos de uso próprios, ou que variem de acordo com o artigo publicado;
- c) em AA que disponibilizem direito apenas à cópia/reprodução, parcial ou total;
- d) em AA que reservem seus direitos de uso;
- e) em AA cujos direitos de uso não foram identificados;
- f) em AA com embargo, independentemente dos direitos de uso posteriores;
- g) no modelo em que o autor arca com a publicação para disponibilizá-la em Acesso Aberto (*author-pay*), independentemente dos direitos de uso disponibilizados;
- h) em acesso restrito, independentemente dos direitos de uso disponibilizados.

Esta escala não visa a estabelecer com plena precisão jurídica os níveis de uso e acesso dos periódicos. Entendemos que este seria um processo complexo, de difícil consenso, já que presumimos reunir atributos distintos em conjunto, quais sejam as barreiras tarifárias e as de uso.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações a seguir são concernentes ao quadriênio de avaliação da CAPES, de 2013 a 2016. Foram identificados 1364 artigos, distribuídos em 127 revistas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Estratos do Qualis-Periódicos por número de artigos (2013-2016)



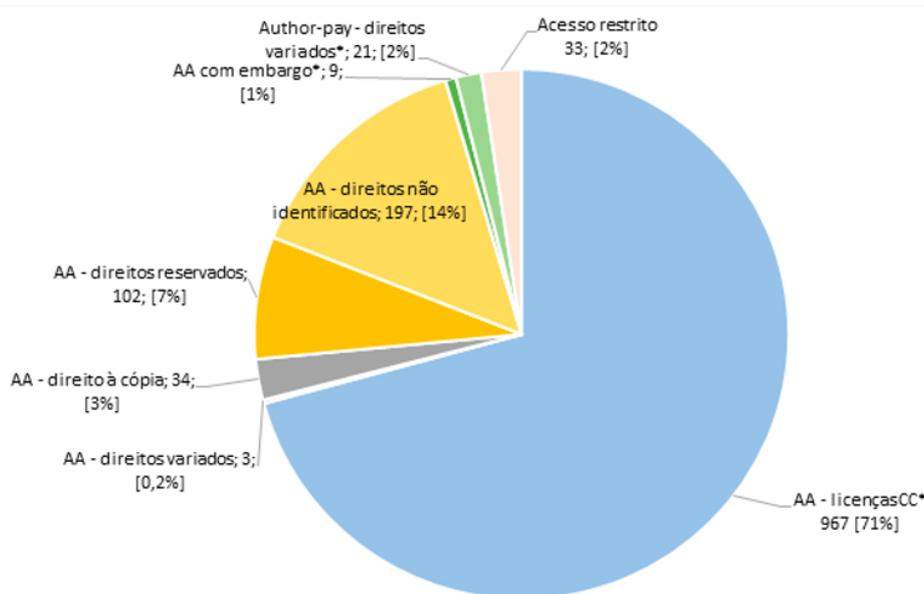
Fonte: Dados de pesquisa

O Gráfico 1 evidencia a distribuição dos artigos em relação ao Qualis dos periódicos em que foram publicados. Isso nos dá uma visão preliminar das opções de escolha dos pesquisadores segundo o Qualis, antes de passarmos para a análise do acesso propriamente dito.

Deste Gráfico destacam-se dois pontos interessantes. O primeiro é a presença predominante de artigos no Qualis B1, este estrato alocando mais que o dobro do segundo colocado. O segundo ponto é o contraste surpreendente entre o A1, onde estão 324 artigos, e o B2, com 119. Tal fato mostra que, seguindo a tendência ressaltada por Ziman (1979) e Meadows (1999), os pesquisadores têm buscado a visibilidade de seus artigos, neste caso a partir dessa medida de qualificação dos periódicos. Neste estudo, todos os programas de pós-graduação são de universidades públicas, o que revela o grau de qualidade das pesquisas produzidas neste âmbito.

O Gráfico 2 mostra o perfil dos artigos em relação ao acesso concedido pelos periódicos selecionados pelos autores.

Gráfico 2 - Modelos de acesso e uso por número de artigos (2013-2016)

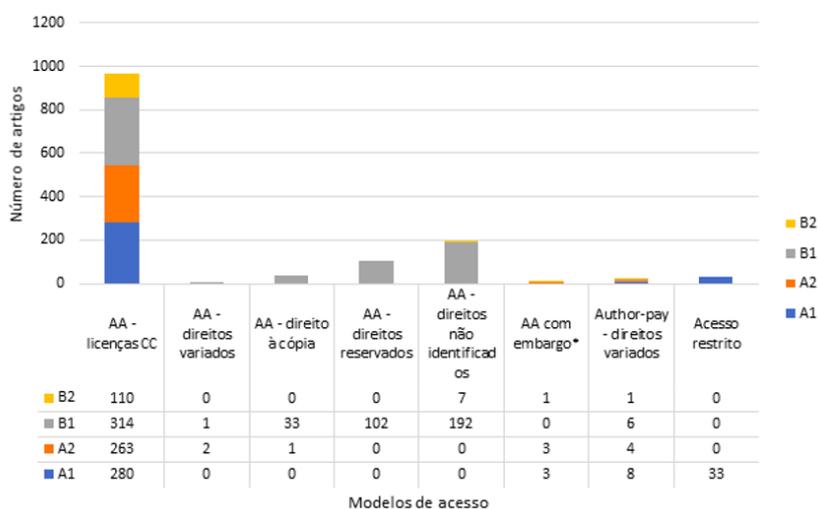


Fonte: Dados de pesquisa

Notamos que quase toda a produção acadêmica em CI está em Acesso Aberto, como esperado de uma área tão envolvida com essa questão. Também chama atenção a flexibilidade nos direitos de uso, sendo que aproximadamente 70% dos artigos são regulados por licenças *Creative Commons*, criadas justamente para impulsionar a utilização de documentos. Interessante notar como essas licenças se propagaram tão rapidamente entre as revistas científicas, que no caso observado são do Brasil em sua maioria. Um destaque negativo é o dos os artigos em periódicos cujos direitos de uso não foram identificados, com cerca de 14% do total. Esse tipo de situação cria incerteza jurídica quanto ao uso da informação — um pesquisador preocupado poderia evitar a utilização de todo o potencial de determinado artigo em função do desconhecimento sobre as permissões de uso. Na verdade, o cenário ideal seria aquele em que os direitos são registrados no corpo do artigo, além da indicação no site da revista/editora. Isso porque é comum o compartilhamento dos artigos em meio acadêmico, mas nem sempre acompanhado da fonte para checagem das permissões. Quanto às editoras, é preciso que tornem claros os termos de uso dos artigos que publicam e armazenam para usos futuros.

O Gráfico 3 visa confrontar os indicadores de qualidade (neste caso, o Qualis) com o acesso. Objetivamos, com isso, verificar a distribuição das permissões de acesso que se são dadas aos trabalhos e o *status* que se alcança através da publicação em revistas de qualidade considerada alta, pela medida do Qualis.

Gráfico 3 - Modelos de acesso e uso por número de artigos e estratos do Qualis Periódicos (2013-2016)



Fonte: Dados de pesquisa.

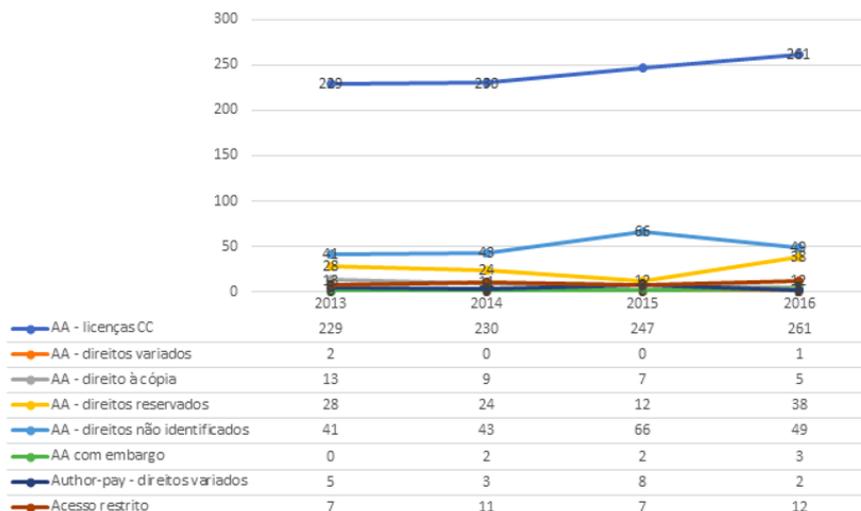
Verificamos que os artigos seguem a tendência identificada nos outros gráficos, de Acesso Aberto amplamente difundido na produção brasileira. Mesmo nos estratos mais altos essa tendência ainda é verificada, salvo alguns poucos casos de publicação no modelo *author-pay* ou em revistas de acesso restrito. Cumpre afirmar que a indicação de que uma revista é do tipo *author-pay* não significa que os artigos por esta publicados estão necessariamente em condição de Acesso Aberto, ou seja, que o valor para a publicação foi realmente pago. No entanto, mesmo em uma perspectiva restritiva, o máximo de artigos com custo de aquisição seria por volta de 50, ou menos de 10% do total.

Com o Gráfico 3 descobrimos que aquelas revistas com direitos de uso não identificados são majoritariamente do estrato B1, representando quase 30% do total de artigos do estrato. Se por um lado esse é o estrato com maior quantidade de artigos, por outro é proporcionalmente o mais incerto em relação aos direitos de uso.

No Gráfico 4 acompanhamos a evolução das permissões de acesso e uso aos artigos da Ciência da Informação nos anos de 2013 a 2016.

Grande parte dos trabalhos encontra-se em Acesso Aberto, e bastante próximos daquilo que o BOAI (2002) e a Declaração de Bethesda (2003) estabelecem junto à comunidade científica.

Gráfico 4 - Modelos de acesso e uso por número de artigos ao longo do quadriênio 2013-2016



Fonte: Dados de pesquisa

Destacamos o crescimento de publicações nesse sentido. Isso de alguma forma revela o que é a tradição brasileira de revistas em Acesso Aberto, fortemente influenciada pelo investimento do setor público, e ainda as permissões de acesso e uso, que comprovadamente geram mais visibilidade, impacto e reconhecimento profissional para os pesquisadores, além da contribuição para o desenvolvimento de determinada área do conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados de pesquisa aqui apresentados, entendemos que os objetivos de pesquisa, tanto o geral quanto os específicos, foram atendidos. Buscamos evidenciar as condições de acesso e uso as quais os pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil publicam seus artigos de periódicos.

Algumas características positivas das revistas são a velocidade de publicação do que há de mais recente em termos de pesquisa e a qualidade do material publicado, arbitrado por profissionais experientes e proeminentes em suas áreas de atuação e estudo (ZIMAN, 1979). Dados esses atributos, é compreensível a atenção que os atores envolvidos na comunicação científica concedem a esse canal de publicação.

Existem, nacional e internacionalmente, diversas ferramentas que visam a promoção e difusão dos periódicos, de acordo com objetivos variados. Neste trabalho, por exemplo, foram apresentados os diretórios DOAJ (2018), Sherpa Romeo ([2004?])

e Diadorim (IBICT, 2011?) que, entre os serviços prestados, informam as políticas editoriais adotadas pelos editores científicos e as permissões de arquivamento e uso. No âmbito nacional, apresentamos o Qualis-Periódicos, serviço prestado pela CAPES que objetiva a classificação das revistas segundo critérios de qualidade que, destacamos, variam de acordo com as diferentes áreas de avaliação.

Desse modo, fica evidenciada a importância do modelo do periódico em AA como canal de publicação. Os usos que se fazem dos artigos são tão importantes quanto a própria atividade de pesquisa e publicação, estando estas questões no cerne da comunicação científica. Sendo assim, o movimento pelo Acesso Aberto visa a expandir as potencialidades do acesso e uso.

Nesse sentido, a produção intelectual em Ciência da Informação brasileira, no quadriênio 2013-2016, apresentou características bastante próximas às estabelecidas no *Budapest Open Access Initiative* e destacados por Gomes (2014). De fato, esperávamos tais resultados, dada a relevância atribuída a essa temática pelo campo da Ciência da Informação. Houve, portanto, coerência entre aquilo que se advoga na literatura e a prática da comunicação.

Uma ressalva, entretanto, deve ser observada. Consideramos elevada a taxa de artigos publicados em revistas com direitos de uso não identificados. Tal informação tem um peso negativo no que se refere à aproximação do cenário brasileiro de acesso com as diretrizes do BOAI. Por mais que as editoras se prezem a dar amplos direitos de acesso e uso aos seus artigos, isto de pouco vale se o registro desta política não estiver claro no site da revista (ou no impresso) ou, preferencialmente no corpo do artigo científico. Apesar disso, consideramos que, no geral, encontra-se na área da Ciência da Informação ampla difusão dos ideais propostos pelo movimento para o Acesso Aberto, ao menos no que diz respeito à publicação em periódicos, o que já revela muito sobre o perfil da produção científica da área como um todo, dada a importância deste canal de comunicação.

No mais, entendemos que a CAPES, como organismo central de fomento público à pesquisa no Brasil, poderia contribuir para o AA de forma mais incisiva ao incluir, em sua avaliação dos periódicos, critérios referentes às possibilidades de acesso e direitos de uso. Assim, além da institucionalização de políticas de Acesso Aberto, é importante que se conheça também o perfil de publicação das publicações científicas brasileiras de mais áreas do conhecimento quanto ao acesso e uso, como este trabalho se propôs a conhecer. O Acesso Aberto configura-se como um

movimento de necessária aplicação prática, em vista aos benefícios por este alcançados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA. **GeoCapes revela quem acessa o Portal de Periódicos da Capes (e quanto)**. São Paulo: USP, out. 2017. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/?p=15234>. Acesso em: 10 fev. 2020.

APPEL, Andre Luiz; ALBAGLI, Sarita. The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journal. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100300&lang=pt. Acesso em: 10 nov. 2020.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016. Disponível em:

http://capes.gov.br/images/Artigo_dez_coisas_sobre_o_qualis.pdf. Acesso em: 6 nov. 2018.

BARRETO SEGUNDO, João de Deus; SANTOS, Uillis de Assis; SÁ, Katia Nunes; VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira. Relações entre acesso aberto, Qualis CAPES e desempenho de citação (índices H, E, AW e HL anual) em periódicos científicos brasileiros de ciência da informação: estudo documental exploratório. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 1, mar. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/47362>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BERLIN declaration on open access to knowledge in the sciences and humanities. Berlin: Max Planck Society: ECHO, 2003. Disponível em:

<https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BETHESDA statement on open access publishing. [S. l.: s. n.], 20 jun. 2003.

Disponível em: <https://dash.harvard.edu/handle/1/4725199>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter. **O que é Creative Commons?** novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. A indústria de publicação contra o acesso aberto. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1090-1094, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2013nahead/ao4154.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). **Relatório da avaliação quadrienal 2017**: comunicação e informação. Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Comunicacao-quadrienal.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). **Documento de área**: ciências sociais aplicadas I. Brasília, DF, disponibilizado na web em: 28 nov. 2016. Disponível em:

http://capes.gov.br/images/documentos/Documento_de_area_2017/31_CSA_I_docar ea_2016.pdf. Acesso em: 7 nov. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Brasil). **Tabela de áreas de conhecimento/avaliação**. Brasília, DF: Capes, 1 abr. 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BOAI - BUDAPEST open access initiative. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

COUTO, Walter; FERREIRA, Sueli Mara Pinto. Caminhos legais e ilegais para o Acesso Aberto: uma exploração de controvérsias. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100311&lang=pt. Acesso: 10 nov. 2020.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as licenças**. [S. l.: s. n.], 7 nov. 2017. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CINTRA, Paulo Roberto. **Avaliação do impacto do acesso aberto da área de Ciência da Informação**: uma análise de indicadores bibliométricos e alométricos. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8552>. Acesso em: 8 nov. 2020.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS. **Frequently asked questions**. Lund: DOAJ, 2018. Disponível em: <https://doaj.org/faq> . Acesso em: 22 nov. 2018.

FREIRE, José Donizetti. **CNPq e o acesso aberto à informação científica**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9385>. Acesso em: 16 abr. 2018.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O acesso aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Saúde**, [s. l.], v. 8, n. 2, maio 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/618>. Acesso em: 6 nov. 2018.

GUIMIEIRO, Katiúcia Araújo. **Modelos de negócios para periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3251>. Acesso em: 6 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diadorim**. [S. l.]: IBICT, [2011?]. Disponível em: <https://diadorim.ibict.br/diadorim.jsp>. Acesso em: 21 nov. 2020.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/2190>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN,

Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000a.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-13, 2005.

Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/980/2/ARTIGO_PublicacaoCiencia.pdf.

Acesso em: 12 out. 2018.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000b.

MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis? **Biblios**, Pittsburgh, n. 71, p. 1-16, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1562-4730201800020001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 nov. 2020.

OLIVEIRA, Flaslendo Vieira de. **A licença Creative Commons e a comunicação científica**: a questão dos periódicos eletrônicos de acesso aberto. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/89>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PALAYEW, Adam *et al.* Pandemic publishing poses a new COVID-19 challenge. **Nature Human Behaviour**, Londres, v. 4, p. 666-669, jul. 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-020-0911-0>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PEREIRA, Vinicius; FURNIVAL, Ariadne Chloe. Revistas científicas em acesso aberto brasileiras no DOAJ: modelos de negócio e sua sustentabilidade financeira. **Brazilian Journal of Information Science**: Research trends, Marília, v. 14, n. 1, p. 88-111, jan./mar. 2020. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9695?fbclid=IwAR25Katsd5310BcLjjRpOhntCQ_N8YwS0Nj8yUtlvr5eihVNtyTUMk7CNCA. Acesso em: 10 nov. 2020.

PORTES, Arlindo José Freite. Revista Brasileira de Oftamologia: acesso aberto e visibilidade. **Revista Brasileira de Oftamologia**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 1, jan./fev. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802019000100005&lang=pt. Acesso em: 10 nov. 2020.

SHERPA ROMEO. **About Sherpa Romeo**. [S. l.]: Sherpa Romeo, [2004?]. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/romeo/about.html>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SUBER, Peter. **Timeline of the open access movement**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ZIMAN, John. Comunidade e comunicação. *In*: ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. p. 115-138.